



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA – PROEAD
CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIA APARECIDA DA SILVA CUNHA

**PROBLEMA HABITACIONAL EM CAMPINA GRANDE-PB: Estudo Sobre o Destino
Dado aos Moradores da Favela do Papelão**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

MARIA APARECIDA DA SILVA CUNHA

**PROBLEMA HABITACIONAL EM CAMPINA GRANDE-PB: Estudo Sobre o Destino
Dado aos Moradores da Favela do Papelão**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino a distância, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, Linha de Formação
Específica (LFE) II – Gestão Governamental,
semestre 2014.2.

Orientador: Prof. Me. Igor Martins

**CAMPINA GRANDE - PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C972p Cunha, Maria Aparecida da Silva
Problema habitacional em Campina Grande-PB [manuscrito] :
estudo sobre o destino dado aos moradores da favela do papelão /
Maria Aparecida da Silva Cunha. - 2014.
25 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba,
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância,
2014.

"Orientação: Profº. Igor Martins, Secretaria de Educação à
Distância".

1. Política Pública. 2. Habitação. 3. Problemas
Habitacionais. I. Título.

21. ed. CDD 363.5

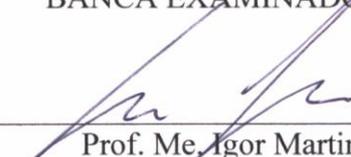
MARIA APARECIDA DA SILVA CUNHA

**PROBLEMA HABITACIONAL EM CAMPINA GRANDE-PB: Estudo Sobre o Destino
Dado aos Moradores da Favela do Papelão**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino a distância, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, Linha de Formação
Específica (LFE) II - Gestão Governamental,
semestre 2014.2.

Aprovada em: 06/12/2014.

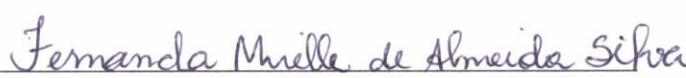
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Igor Martins
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Suênya Freire de Monte Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Fernanda Mirelle de Almeida Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3. METODOLOGIA.....	13
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19
ANEXO A – ROTEIROS ENTREVISTA 1 (FAMÍLIAS REMOVIDAS).....	23
ANEXO B – ROTEIROS ENTREVISTA 2 (MORADORES REMANESCENTES)	25

PROBLEMA HABITACIONAL EM CAMPINA GRANDE-PB: Estudo Sobre o Destino Dado aos Moradores da Favela do Papelão

CUNHA, Maria Aparecida da Silva¹

MARTINS, Igor²

RESUMO

O texto aqui apresentado trata das questões habitacionais relativas às favelas e ocupações irregulares do Município de Campina Grande/PB, mais especificamente em relação a uma comunidade que ficou conhecida como Favela do Papelão. Buscou-se analisar as soluções e destinos dados às famílias que ocupavam esse aglomerado subnormal (favela), abordando os principais problemas socioambientais e econômicos decorrentes desse processo. Utilizou-se pesquisa bibliográfica para fundamentar o trabalho, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Foram feitas entrevistas com as famílias que foram removidas para o Residencial Major Veneziano e com os moradores que ainda permanecem ocupando a Favela do Papelão. Em seguida realizou-se uma reprodução por escrito do grupo focal e das entrevistas, em seguida efetuou-se uma leitura pormenorizada do material resultante da transcrição, buscando-se consultar o áudio novamente ao menor sinal de dúvidas. Em relação à técnica de análise direta do discurso, utilizou-se a interpretação das narrativas para tratamento dos dados coletados. Concluiu-se que o remanejamento dos moradores da Ocupação do Papelão para o Residencial Major Veneziano foi uma medida que gerou muitos impactos positivos. Porém, essa política pública não foi capaz de atender a todos os moradores da Ocupação do Papelão. Além disso, percebeu-se que não houve uma triagem adequada, já que muitas famílias que foram contempladas com os apartamentos, não têm condições financeiras de assumir as despesas do condomínio.

Palavras-chave: 1. Ocupação irregular. 2. Favela do Papelão. 3. Problemas Habitacionais. 4. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado trata das questões habitacionais, tendo como objeto de estudo a ocupação irregular denominada pelos próprios moradores de Ocupação do Papelão, localizada no Bairro de Santa Rosa, Zona Oeste de Campina Grande/PB, mais especificamente em um terreno de propriedade do poder público municipal pertencente ao Ginásio de Esportes O Meninão.

¹ Discente do Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da UEPB.

² Bacharel em Administração pela UFRN; Mestre do PPGA da UFRN.

As favelas são uma das marcas mais visíveis do insucesso do sistema econômico-social existente em nosso país e desde o surgimento das primeiras, sua população sempre foi de alguma forma, marginalizada socialmente (ALMEIDA e ABIKO, 2000).

Em Campina Grande, o surgimento das favelas acentuou-se no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando apresentou um aumento expressivo do seu número, passando de 3 para 17 favelas (FERREIRA et al., 2008) e, como no restante do país, está associado ao crescimento populacional e ao êxodo rural em direção aos centros urbanos na busca por oportunidades de emprego e de serviços públicos como saúde e educação (MAIA, 2010).

Uma das razões para o aumento das favelas em Campina Grande, além desse forte índice migratório, é a especulação imobiliária. Os proprietários de terrenos urbanos têm utilizado este bem como garantia para a obtenção de créditos a juros baixos, essa prática estimula a especulação imobiliária (SOUZA, 2010).

Portanto, os problemas habitacionais estão relacionados a diversos fatores como o crescimento da população, o aumento das migrações do campo para a cidade e o aumento do preço do solo urbano, problemas oriundos do capitalismo etc.

Todo esse cenário pode ser percebido na Ocupação do Papelão, que também caracteriza-se pelas péssimas condições em que vivem seus moradores, ocupando espaços construídos a base de papelão e restos de materiais encontrados nos lixões (SOUZA, 2010).

No que diz respeito às medidas adotadas pelo poder público em relação à Favela do Papelão, a Prefeitura Municipal de Campina Grande iniciou, em janeiro de 2014, a retirada de barracos pertencentes a famílias que moravam na Ocupação do Meninão e que já foram contempladas com apartamentos do Residencial Major Veneziano, entregues em dezembro. Outras famílias que ainda não foram contempladas com imóveis também deixarão a favela e serão atendidas pelo Aluguel Social, pago pelo Município (PORTAL PARAÍBA ON LINE, 2014).

Segundo o Secretário do Planejamento Marcio Caniello, em entrevista ao Portal Correio, o grupo que seria atendido pelo Programa Aluguel Social era formado por 19 catadores que foram contemplados por casas da Cehap (Companhia Estadual de Habitação Popular), que seriam entregues no primeiro trimestre deste ano; informou também que 23 pessoas estavam com documentos em análise pela Caixa Econômica, para serem beneficiadas

com apartamentos no Conjunto Major Veneziano; e que mais oito não possuíam documentos e que duas estavam com a documentação atrasada.

Porém, de acordo com informações do Portal G1/PB, outras 140 famílias continuam no local. Elas estão inscritas em programas sociais, mas não há previsão de entrega de moradias para estas famílias.

Diante do que foi exposto, cabem alguns questionamentos. **Quais foram de fato as soluções e destinos dados às famílias removidas da Ocupação do Papelão? Em quais condições socioeconômicas vivem essas famílias? Quais as medidas que o poder público pretende adotar em relação aos moradores que ainda permanecem no local?**

E na tentativa de responder estas indagações, este trabalho teve como objetivo geral analisar as soluções e destinos dados às famílias que ocupavam a Favela do Papelão na cidade de Campina Grande/PB, abordando os principais problemas socioambientais e econômicos decorrentes desse processo.

Como objetivos específicos buscou-se: examinar as políticas públicas aplicadas ao problema; identificar os principais destinos dados aos moradores; descrever os tipos de habitações destinadas às famílias e, relatar as condições de vida das famílias que moravam nesses espaços.

Sendo assim, torna-se de grande relevância que sejam analisadas as causas e consequências desse fenômeno que ainda aflige tantas pessoas, refletindo o abismo social que existe nas grandes e médias cidades e que precisa de políticas consistentes e duradouras para suplantarmos tais dificuldades na busca por uma sociedade mais equilibrada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As cidades, ao longo dos tempos foram surgindo e se transformando para atender determinadas funções e para atender a sociedade em diferentes tempos históricos. Nesse sentido, elas apresentam-se com as mais variadas formas, abrigando uma gama de pessoas com interesses dos mais variados. Conseqüentemente, o seu sítio urbano vai sofrendo variações resultantes do processo de expansão urbana (ARAÚJO, 2013).

Em relação às cidades brasileiras, a pós-industrialização conferiu-lhe grande poder de atração, por causa da mecanização da agricultura no campo e ao crescimento do número de emprego nas indústrias que surgiam, levando ao inchaço das cidades, que passaram a receber grande contingente populacional, sem a devida capacidade de abrigá-las de maneira correta e planejada (BARBOSA & FURRIER, 2013).

A partir de década de 1970 as cidades passam a receber forte contingente migratório que é resultante da concentração fundiária no campo. Estes migrantes ao chegarem às cidades e não encontrarem habitação acessível passam a ocupar as áreas de domínio público, particularmente aquelas que não estavam sob o comando do mercado imobiliário, produzindo as denominadas favelas. Por conseguinte, dá-se início a uma urbanização cada vez mais periférica (MAIA, 2010).

Colaborando com esse pensamento, Lima (2010) esclarece que com a ausência de espaços habitáveis nas áreas centrais da cidade, as populações pobres são levadas a ocupar as áreas mais distantes que são menos valorizadas ou que não interessam ao mercado imobiliário, multiplicando ocupações irregulares e favelas, os denominados aglomerados subnormais, em que a ausência de infraestrutura é um elemento complicador para o processo de reprodução da força de trabalho e para as atividades inerentes à vida cotidiana.

As desigualdades sociais que existem no nosso país e os interesses comerciais em torno da posse da terra, também contribuem para que esse fenômeno se agrave, conforme cita o mesmo autor:

Os trabalhadores de menor poder aquisitivo são levados a ocupar as áreas menos valorizadas ou que não interessam ao mercado imobiliário da cidade, tendo em vista que a remuneração dessa parcela da população é insuficiente para garantir, através da compra, a aquisição de suas moradias. Essa situação é agravada pela ausência de políticas públicas habitacionais que combatam o déficit habitacional e promovam a regularização fundiária das áreas ocupadas pelos menos favorecidos da fortuna (LIMA, 2010, p. 22).

Além disso, os conjuntos habitacionais eram construídos em locais afastados do centro da cidade, contribuindo para o crescimento das periferias. Já que a distância contribuía para que muitos moradores, por estarem longe de seus trabalhos e de serviços essenciais, acabavam abandonando os conjuntos habitacionais e retornavam para novos assentamentos informais (SOARES, 2009).

Por outro lado, as cidades nunca tiveram preparação para acolher o imenso contingente humano e absorver as demandas sociais que surgiram com esse fenômeno,

trazendo consequências negativas, como o colapso do sistema de transportes, os congestionamentos no trânsito, o aumento de processos erosivos, os assoreamentos dos rios e a impermeabilização do solo como fatores desencadeantes das inundações, a proliferação de habitações subnormais, a ocupação de áreas de proteção ambiental, a precariedade do saneamento básico, a favelização, o desemprego e a violência (TOALDO & MEYNE, 2013).

Vale lembrar que, o meio ambiente urbano desses espaços com suas mazelas (água poluída, esgotos não-tratados, inadequado lançamento de lixo, habitação miserável das grandes massas, violência, desemprego, restrição de oportunidade), é motivo de grande preocupação no que diz respeito a qualidade de vida das pessoas de baixa renda que habitam esses ambientes (FERREIRA, 2007).

Outro fator que contribui para o agravamento dessa situação é a má distribuição de renda, associada à ausência de postos de trabalho, que pode ser considerado um dos principais problemas urbanos da atualidade no Brasil. A falta de renda, ou mesmo os subempregos, refletem de forma severa nas péssimas condições econômicas e sociais da população, que, por falta de opções, reside nas periferias metropolitanas sem infraestrutura adequada, contribuindo assim para o aumento da pobreza, exclusão e pauperização (ARAÚJO, 2009).

Lima (2010, p. 39) entende que essa exclusão pode acontecer de duas maneiras:

A primeira trata da exclusão ao acesso à terra pelos meios do mercado, ou seja, através da compra; a segunda diz respeito ao próprio direito à cidade, pois, em áreas de favela, os espaços de lazer, as praças, os equipamentos comunitários e a infraestrutura são quase inexistentes. Enquanto os outros agentes produzem a cidade, atraindo a maior parte dos recursos para as áreas de seu interesse, os grupos excluídos constroem apenas o seu próprio espaço, alijando-se da produção da cidade (totalidade). A produção desses espaços marginais (à margem da legalidade) dá-se através de embates e disputas, da ocupação inicial de áreas vazias da cidade, da construção de moradias improvisadas e, inclusive, através dos processos de urbanização e regularização fundiária.

No que diz respeito à morfologia das favelas e assentamento subnormais, Gondim (2010) aponta que estes apresentam certas peculiaridades, que são resultado das características próprias aos terrenos ocupados, como: encostas ou áreas planas, presença ou não de corpos d'água, áreas alagáveis ou pantanosas, proximidade de obstáculos como vias férreas etc. O mesmo autor ainda esclarece que, certos elementos morfológicos são típicos do espaço das favelas: a alta densidade é um deles, e se manifesta tanto na relação entre o número de moradores e o espaço ocupado, como na relação entre áreas livres e áreas construídas.

Ainda com relação à questão morfológica, as favelas parecem sempre estar em processo de construção, expondo casebres e barracos precários construídos com os mais diversos materiais, esgotos escorrendo por valas abertas nas ruas estreitas, becos e vielas e sem pavimentação, saneamento inexistente ou deficiente, lixo e entulhos a se acumular pelas esquinas quando não são jogados nos rios, ruas e terrenos baldios; ruas e caminhos angulosos ou tortuosos; grande densidade de casas; sem falar no grande número de jovens sem perspectivas de um dia melhorar de vida e pessoas de mais idade que já perderam a esperança; crianças brincando em meio à lama; batidas policiais, insegurança e marginalidade (DANTAS, 2003).

Insta salientar que, os loteamentos clandestinos causam desordenada ocupação do solo, gerando proliferação de habitações edificadas sem critérios técnicos de solidez e estabilidade, o que gera insegurança e condições subumanas e insalubres, o surgimento de focos de degradação do meio ambiente e da saúde, o adensamento populacional incompatível com o meio físico e desprovido de equipamentos urbanos e comunitários, o que leva a um crescimento caótico das cidades; a marginalização dos seus habitantes com o incremento das desigualdades sociais e reflexos na segurança da população local e circunvizinha (TOALDO & MEYNE, 2013).

Além disso, a ocupação irregular de áreas urbanas pode ocasionar a derrubada da vegetação que protege os morros, deixando o solo exposto a processos erosivos. Assim, além de se colocar em risco a estabilidade do terreno, propicia-se também, o carreamento de materiais pelas drenagens que atingirão as partes baixas da cidade, assoreando rios e contribuindo para o agravamento do problema de inundações (FERREIRA et al., 2010).

Dessa forma, é nítido que todo esse processo ocorre de forma desigual e desordenada, sem uma iniciativa consistente de controle por parte do poder público, conforme cita Souza (2010, p. 6):

A produção do espaço urbano acontece de maneira desigual, uma vez que as classes dominantes detentoras das forças produtivas articuladas ao Estado produz uma cidade sócio-espacialmente desigual e segregada, onde as elites residem em áreas privilegiadas e centrais desfrutando dos serviços públicos e as populações pobres são afastadas para áreas marginais e precárias. Devido ao fato da população pobre não ter condições de comprar uma casa pronta, nem terreno para construir, ela é forçada a habitar áreas distantes do centro das cidades, ou seja, a camada pobre da sociedade é expulsa pelos detentores do capital e também do solo urbano. Por conseguinte, essa população submete-se à autoconstrução e ao sobretrabalho para erguerem as suas moradias em terrenos irregulares.

No que diz respeito aos números, atualmente, um pouco mais da metade da humanidade vive em áreas urbanas, o que termina por evidenciar uma insustentabilidade nesse ambiente, com várias consequências, dentre as quais: emissão de poluentes e geração de resíduos, pressão nos recursos naturais, ocupação de áreas de fragilidade ambiental, trânsito caótico, falta de infraestrutura básica, segregação socioespacial, entre outros (ARAÚJO, 2013).

Com relação a Campina Grande, o processo de urbanização ocorreu também de forma desordenada. Na década de 1930 a 1950 assistiram-se as grandes transformações da paisagem urbana pelas novas formas de viver das cidades, pela intensificação de um processo de reformulação urbana pautada nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, em voga no cenário nacional, estabelecendo novos padrões para a reprodução e uso do espaço urbano. Porém, a priorização de investimentos em áreas mais valorizadas em detrimento das áreas carentes aumentou as desigualdades ao longo dos anos (CRISPIM, 2012).

A expansão da cidade e o crescimento do número de empregos atraiu um grande contingente de pessoas vindas de pequenas cidades e do campo, as quais vieram em busca de uma melhoria de vida no espaço urbano (MAIA & SPOSITO, 2010).

Estima-se que hoje, cerca de 120.000 pessoas, ou quase 1/3 da população de Campina Grande, residam distribuídas em vinte e cinco favelas. As maiorias dessas comunidades estão estabelecidas em áreas impróprias para assentamento, como encostas íngremes e morros já submetidos aos desgastes provocados pela atividade e ocupação humana desordenada (ARAÚJO, 2009).

Verifica-se que, Campina Grande manteve a permanência do seu espraiamento, da sua dispersão, da sua fragmentação e ainda da formação de uma periferia não homogênea, mas sim, com grandes contrastes socioespaciais. Revela-se a produção de uma cidade periférica, fragmentada em áreas onde se dão os loteamentos irregulares com autoconstruções ou com construções tecnicamente assistidas; conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, e ainda, uma outra área periférica com os loteamentos e condomínios fechados (MAIA, 2010).

A Ocupação do Papelão é mais um exemplo do que foi exposto acima, pois se tornou um aglomerado onde vivem famílias em condições desumanas e de extrema pobreza à revelia do poder público, conforme cita Souza (2010, p. 8):

Neste aglomerado não há nenhuma infraestrutura ou equipamento urbano: não tem água encanada e nem banheiros. A água utilizada é obtida a partir de duas torneiras próximas da área, os moradores carregam a água e armazenam em garrafas “pet” ou em potes, já as necessidades fisiológicas são feitas em sacos plásticos e jogadas num terreno. A energia elétrica é puxada por gambiarras dos postes nas proximidades. A maioria dos moradores sobrevive com o pouco que consegue a partir da reciclagem, ou seja, da coleta e da venda de materiais encontrados nas ruas. A renda média das famílias varia muito, mas não chega a nem 1 salário mínimo.

Por tudo que foi exposto, fica claro a complexidade que envolve as cidades, inclusive Campina Grande, revelando a heterogeneidade na qual a sociedade está organizada, com toda a sua desigualdade e conflitos. Sendo assim, esses espaços territoriais apresentam-se com diferentes padrões arquitetônicos, formas de consumo, de produção e de circulação. Tais características podem nos evidenciar localidades diferenciadas no espaço intraurbano com níveis diversificados de qualidade de vida e, portanto, incompatíveis com padrões sustentáveis (ARAÚJO, 2013).

3. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa adotado para este trabalho foi o enfoque descritivo. Segundo Gil (2008) esse tipo de pesquisa visa descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, através da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a entrevista e a observação sistemática visando à caracterização inicial do problema.

Quanto à abordagem caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa. Na opinião de Moresi (2003), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido apenas pelos números.

No que diz respeito ao método, este trabalho assumiu as características de um estudo de caso. Pois, pretendeu debruçar-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse (PONTE, 2006).

Em relação à técnica de análise direta do discurso, utilizou-se a interpretação das narrativas para tratamento dos dados coletados. Segundo Pádua (2002), essa técnica tem como característica adotar uma visão baseada na constituição histórico-social e ideológica e das condições onde o fenômeno ocorre.

Para Lakatos & Marconi (2000), a análise interpretativa foca os detalhes contidos no discurso, dando prioridade ao significado do que foi dito, com o intuito de conseguir respostas para os problemas investigados, buscando ligar os dados coletados com as hipóteses formuladas pela pesquisa.

Com relação às técnicas de coleta de dados, utilizou-se pesquisa bibliográfica para fundamentar o trabalho e viabilizar o alcance dos objetivos traçados, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas, que segundo Moresi (2003) consiste na “obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”, através de uma conversa ou diálogo que possui um guia adaptável e que não segue um modelo rígido, permitindo compreender, de forma mais aprofundada, tópicos relevantes para confirmação ou não da hipótese levantada (CARNEVALLI & MIGUEL, 2000).

Entrevistou-se as famílias que foram removidas para o Residencial Major Veneziano, no Bairro Três Irmãs (Zona Sul), através do Programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura de Campina Grande. Como também, os moradores que ainda permanecem ocupando a Favela do Papelão, no intuito de verificar os motivos da permanência e das condições de vida dessas famílias.

Para viabilizar a execução desse trabalho realizou-se uma reprodução por escrito do grupo focal e das entrevistas, em seguida efetuou-se uma leitura pormenorizada do material resultante da transcrição, buscando-se consultar o áudio novamente ao menor sinal de dúvidas. Contradições, interrupções, indecisões, receios, mudanças de opinião etc. foram levados em consideração, como também a oratória e a organização das ideias.

Para que sejam respeitadas as questões éticas, informou-se aos entrevistados que essa pesquisa tem caráter científico, ficando acertado que será garantido o anonimato de todos os participantes, salvaguardando mais tranquilidade e confiança durante a entrevista.

Além disso, realizou-se visitas técnicas aos ambientes onde ocorre o fenômeno objeto do estudo visando sua caracterização, com o auxílio de máquina fotográfica para registrar o visual, com o intuito de mostrar o contraste que existe entre os que foram removidos e os que ainda permanecem no local.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que diz respeito à Comunidade do Papelão, ainda residem lá cerca de 30 famílias, entre as quais 25 estão com promessas de remanejamento para o mês de dezembro para casas que estão em fase de conclusão, localizadas no bairro Três irmãs. As outras 5 famílias encontram-se com problemas de documentação, o que está tornando inviável o cadastro de inclusão nos programas habitacionais até o momento.

As declarações prestadas acima, aproximam-se das informações repassadas pelo Secretário de Planejamento Marcio Caniello e que foram publicadas pelos portais de notícias Paraíba *Online*, Portal Correio e G1 Paraíba em janeiro de 2014.

Todas as famílias vivem em condições precárias, como já relatado por Lima (2010), habitando barracos improvisados com material recolhido do lixo, com exceção de sete unidades construídas em alvenaria. As unidades são desprovidas de banheiros, a energia e a água são provenientes de ligações clandestinas. O esgoto corre a céu aberto e o lixo é descartado no próprio terreno da ocupação.

De acordo com as informações prestadas, há famílias que habitam o local há pelo menos 2 anos, porém existem casos de pessoas que estão na ocupação há mais de 12 anos. A maioria das famílias relatou que vive da coleta seletiva e/ou Bolsa Família. Para Lima (2010), pouco mais de 58% das famílias da Ocupação tinham como renda principal algum programa assistencial do governo federal, estadual ou municipal.

Um dos casos que mais chama a atenção é o de uma família que habita um pequeno barraco e que é composta por 11 pessoas – a mulher, o marido e 9 filhos. O casal ainda tem mais um filho, porém este último mora no barraco da vizinha. É a única família que tem uma renda fixa, em torno de 1 salário e meio, resultante da soma de uma aposentadoria e Bolsa Família. Souza (2010) corrobora com essas informações quando afirma que a renda varia muito, já que no caso dos demais não chega sequer a 1 salário mínimo. Já Lima (2010) apurou que mais de 79% dos moradores viviam com menos de 1 salário mínimo.

Todos os entrevistados da ocupação são naturais de Campina Grande, dos mais variados bairros e, apenas uma das famílias é oriunda da zona rural. Os dados apurados por Lima (2010), em pesquisa desenvolvida junto a Ocupação do Papelão, apontou que mais de 70% da população tinham como lugar de nascimento a cidade de Campina Grande.

Comprovando que, especialmente no caso estudado, a origem da ocupação não é resultado de movimentos migratórios.

Eles alegaram que deixaram a casa de familiares ou abandonaram os locais de origem devido a falta de condições de pagarem aluguel ou mesmo por outros motivos diversos, como por exemplo, enchentes que destruíram as casas ou barracos onde moravam anteriormente. Lima (2010) corrobora com esse resultado, quando destaca que a maioria relatou ter morado em outras áreas da cidade, em lugares semelhantes a situação atual.

Outros ainda afirmaram que moravam em casas cujos aluguéis eram pagos pela prefeitura, porém foram despejadas por falta de pagamentos e por não terem para onde ir, tiveram que voltar para os barracos dessa ocupação.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Campina Grande, 71 famílias foram removidas da Comunidade do Papelão para o residencial Major Veneziano (1, 2, 3 e 4), porém, nas entrevistas com as famílias removidas, estas afirmaram que cerca de 50% das famílias remanejadas já abandonou os apartamentos por não terem condições de pagamento.

Vale salientar que, para morar neste residencial, paga-se uma prestação de 25 reais – no caso dos que não têm renda fixa – ou, 5% do salário para os que possuem renda fixa, por um período de 10 anos. O morador paga também a taxa de condomínio, que atualmente custa entre 50 e 60 reais, além de tarifa de água e luz, que gira em torno de 15 a 20 reais para os que possuem tarifa social e consomem até o limite da taxa.

As famílias remanejadas também tiveram acesso ao Programa Minha Casa Melhor, que é um programa do Governo Federal através da Caixa Econômica, para aquisição de móveis e eletrodomésticos, com taxas de juros em torno de 5% ao ano. O valor ofertado é de 5.000 reais e a prestação fica em torno de 120 reais, por um período de 48 meses.

Ao final, os moradores têm uma despesa de aproximadamente 210 a 230 reais, o que pode explicar o grande índice de abandonos, uma vez que muitas das famílias remanejadas têm como fonte de renda principal apenas o Bolsa Família, o que inviabilizaria a permanência no residencial. Também há relatos de moradores que têm recebido correspondência da Caixa Econômica Federal, cobrando parcelas atrasadas e esclarecendo do risco de despejo em casos de não quitação dos débitos.

As principais reclamações dos moradores em relação ao Residencial Major Veneziano são: acesso precário, falta de infraestrutura nos arredores do condomínio, de postos de saúde, de escolas públicas, de creches, de supermercados, insegurança e problemas administrativos com o condomínio e também as despesas com o financiamento do imóvel, condomínio e outras despesas. Os moradores precisam se deslocar para bairros distantes como Catingueira, Bairro das Cidades, Liberdade, e até mesmo Catolé para terem acesso a escolas, creches e postos de saúde.

Os depoimentos veiculados pela mídia, corroboram com as informações prestadas. Em reportagem ao Portal Conexão PB, uma das moradoras removidas para o Residencial Major Veneziano, relatou está realizando um sonho com a nova moradia, porém ficou decepcionada com as despesas que teria, conforme relato abaixo:

“A gente pensava que eram somente as contas de água e energia, mas a gente tem que pagar também o financiamento do apartamento e o condomínio do prédio. Hoje eu não posso mais catar material para reciclagem, porque não tenho onde colocar e também roubaram minha carroça durante a mudança. Então, a única renda que tenho hoje é o Bolsa Família, de R\$ 180,00. Esse dinheiro eu tive que pagar essas contas, mais o carro que trouxe minha mudança. Só não estou passando fome porque minhas novas vizinhas estão me ajudando. Eu queria muito um trabalho”.

Há visitas esporádicas dos agentes comunitários de saúde porém, o Residencial ainda é uma comunidade isolada. Alguns entrevistados relataram também sofrer uma discriminação social por morarem neste residencial. Eles acreditam que tal discriminação seja pelo motivo de sua origem, ou seja, a Ocupação do Papelão ou outras comunidades menos favorecidas. Conforme Santos (2005), esses espaços, desde o seu início, são lugares tendenciosos ao preconceito, discriminação e símbolo da segregação.

Os apartamentos são bem estruturados, a parte interna é na cerâmica, inclusive a área das escadas, as quais possuem corrimão. Possuem 2 quartos, sala, cozinha e banheiro. Conta também com sistema para gás canalizado, porém ainda não funciona. A energia e a água são individuais através de medidores independentes.

Cada um dos condomínios possui uma guarita, portões automáticos, porteiros e câmera de vigilância e são administrados por um síndico e um subsíndico. Existe especulação de que serão construídos mais dois condomínios (Major Veneziano 5 e 6), o que possibilitará que mais famílias sejam contempladas com a tão sonhada moradia própria.

Um dos moradores – integrante de um movimento social que luta por moradia digna – relatou que a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Campina Grande (Seplan) fará um levantamento das pessoas que não têm condições de pagarem as despesas do condomínio e remanejá-las para as casas que estão sendo construídas no bairro Três Irmãs, fazendo uma permuta com os contemplados das casas, em comum acordo com os que desejam e têm melhores condições financeiras de arcar com as despesas do condomínio, porém tais afirmações ficam apenas no terreno da especulação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que o remanejamento dos moradores da Ocupação do Papelão para o Residencial Major Veneziano foi uma medida que gerou muitos impactos positivos. Porém, essa política pública não foi capaz de atender a todos os moradores da Ocupação do Papelão.

Ficou claro também que, quem tem renda fixa em torno de um salário mínimo ou mais, apesar dos problemas citados, aprova o programa habitacional, já que agora encontram-se numa realidade bem melhor do que aquela em que viviam antes, em condições totalmente precárias e desumanas.

Além disso, percebe-se que não houve uma triagem adequada, já que muitas famílias que foram contempladas com os apartamentos, não têm condições financeiras de assumir as despesas do condomínio, o que fez com que muitas famílias abandonassem os apartamentos, algumas até retornando para a Comunidade do Papelão. Outras ainda continuam no local, mas sofrendo cobranças para quitarem as contas em atraso e sendo ameaçadas de despejo, correndo sérios riscos de voltarem a mesma realidade de antes.

PROBLEMAS DE LA VIVIENDA EN CAMPINA GRANDE-PB: Estudio Sobre el Destino de los Habitantes de Favela do Papelão.

RESUMÉN

El texto que aquí se presenta se ocupa de los problemas de vivienda en relación con los barrios marginales y la ocupación ilegal de la ciudad de Campina Grande/PB, más concretamente en relación con una comunidad que llegó a conocerse como el Favela do Papelão. Hemos tratado de analizar los objetivos que se han hecho disponibles para las familias que ocuparon estas aglomeración subnormales (barrios marginales), frente a los principales problemas sociales, ambientales y económicos derivados de este caso. Se utilizó la literatura para apoyar el trabajo, y la aplicación de entrevistas semi-estructuradas. Se realizaron entrevistas con las familias que fueron retirados para Residencial Major Veneziano y residentes que todavía ocupan la Favela do Papelão. Luego hubo una obra escrita por las entrevistas de grupo de enfoque y luego realiza una lectura detallada del material resultante de la transcripción, tratando de consultar el audio de nuevo a la menor señal de duda. En cuanto a la técnica de análisis de discurso directo, se utilizó la interpretación de los relatos para el tratamiento de los datos recogidos. Se concluyó que la reubicación de los residentes de Ocupação do Papelão para el Residencial Major Veneziano fue una medida que ha generado muchos efectos positivos. Sin embargo, esta política pública no fue capaz de ayudar a todos los residentes de la ocupación de cartón. Por otra parte, se observó que no hubo una adecuada selección, ya que muchas familias que recibieron apartamentos, no puede permitirse el lujo de asumir los gastos de condominio.

Palabras clave: Ocupación irregular; Favela do Papelão; Problemas de vivienda; Políticas Públicas

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. P.; ABIKO, A. K. **Indicadores de salubridade ambiental em favelas localizadas em áreas de proteção aos mananciais: o caso da favela Jardim Floresta.**

2000. 6p. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Departamento de Engenharia de Construção Civil, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://alkabiko.pcc.usp.br/artigos/BT264.pdf>> Acesso em: 03/10/2014.

ARAÚJO, M. C. C. **Avaliação do nível de qualidade de vida urbana: um estudo exploratório a partir do fenômeno da expansão urbana e oferta de serviços e recursos urbanos no município do Natal/RN.** 2013. 25p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Campina Grande, 2013.

Disponível em:

<<http://www.recursosnaturais.ufcg.edu.br/pdf/fd7606dd23db085bffd6ecdd6e340c7e.pdf>> Acesso em: 27/10/2014.

ARAÚJO, P. S. **Caracterização Socioambiental do Pedregal III e IV – Campina Grande-PB: Resultados da Experiência de Urbanização de Favelas Por Meio do Programa: Habitar Brasil/BID.** 2009. 22p. Tese (Mestrado) - Universidade Federal de Campina Grande

- Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Campina Grande, 2009. Disponível em

<<http://www.recursosnaturaisufcg.org/downloads/patriciassoaresdearaujo.pdf>> Acesso em 03/10/2014.

BARBOSA, T. S.; FURRIER, M. **Ocupações Irregulares e Impactos Sócio-ambientais às Margens do Rio Sanhauá, Paraíba / Brasil.** Revista Percurso, v. 5, n. 2, 2013, p. 73-89.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/21591/12144>> Acesso em: 05/11/2014.

CARNEVALLI, J. A. ; MIGUEL, P. A. C. **Desenvolvimento da Pesquisa de Campo, Amostra e Questionário para Realização de um Estudo Tipo Survey Sobre a Aplicação do QFD no Brasil.** In: ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XXI, 2001, Salvador: SONOPRESS, 2001. Disponível em:

<http://www.etecagricoladeiguape.com.br/projetousp/Biblioteca/ENEGEP2001_TR21_0672.pdf> Acesso em: 18/11/2014.

DANTAS, M. A. C. **A Comunidade do Timbó (João Pessoa – PB) – Análise socioambiental e qualidade de vida.** 2003. 38p. Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofias e Ciências Humanas, Recife, 2003. Disponível em:

<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/6856/arquivo8737_1.pdf?sequence=1> Acesso em: 31/10/2014.

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO - Instituto Politécnico de Bragança. **Descrição, análise e interpretação de informação quantitativa.** MORAIS, C. (Org.). Bragança, 2005. Disponível em: <<http://www.ipb.pt/~cmmm/discip/ConceitosEstatistica.pdf>> Acesso em: 21/11/2014.

FERREIRA, J. D. A. **Vulnerabilidade sócio-ambiental de espaços socialmente marginalizados em áreas urbanas: caso da Vila dos Teimosos em Campina Grande-PB.** 2007. 14p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de

Tecnologia e Recursos Naturais, Campina Grande, 2007. Disponível em:
<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp054066.pdf>> Acesso em: 19/11/2014.

FERREIRA, J. D. A. et. al. **Determinação da vulnerabilidade ambiental na Vila dos Teimosos, Campina Grande - PB.** Revista Caminhos de Geografia, v. 9, n. 25, março 2008 p. 115 – 120. Disponível em:
<http://www.recursosnaturais.ufcg.edu.br/teses/JoanaDAFerreira_2007.pdf> Acesso em: 05/10/2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 42p.

GONDIM, L. M. P. **Habitação popular, favela e meio ambiente.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, I., 2010, Rio de Janeiro. 123p. Disponível em: <www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/161/161-798-1-SP.pdf> Acesso em: 19/11/2014.

G1. GLOBO/PARAÍBA. **Déficit habitacional provoca ocupação de imóveis em Campina Grande,** out. de 2014. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/10/aumenta-ocupacoes-de-terrenos-e-imoveis-em-campina-grande-na-pb.html>> Acesso em: 01/11/2014.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 124p.

LIMA, Y. S. **A Política Habitacional em Campina Grande – PB (1988-2009).** 2010. 39p. Tese (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, João Pessoa, 2010. Disponível em:
<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/yure_silva.pdf> Acesso em: 03/11/2014.

MAIA, D. S. **A Periferização e a Fragmentação da Cidade: Loteamentos Fechados, Conjuntos Habitacionais Populares e Loteamentos Irregulares na Cidade de Campina Grande-PB.** *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. XIV, núm. 331 (80), agosto de 2010. Universidade de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>> Acesso em: 05/11/2014.

MAIA, D. S.; SPOSITO, M. E. **A produção das favelas e das ocupações irregulares numa cidade média: o caso de Campina Grande – PB.** In: MAIA, D. S. (Org.). *Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional.* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em:
<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/247.pdf>> Acesso em: 19/11/2014.

PARAÍBA ONLINE. **Prefeitura inicia remoção de barracos da “Favela do Papelão”.** Da Redação com Codecom/CG, 2014. Disponível em:
<<http://www.paraibaonline.com.br/noticia/908988-prefeitura-inicia-remocao-de-barracos-da-%C3%82%E2%80%9Cfavela-do-papelao%C3%82%E2%80%9D.html>> Acesso em: 28/11/2014.

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation methods.* Beverly Hills, CA: Sage, 1980. 381p.

PONTE, J. P. **Estudos de caso em Educação Matemática**. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Bolema, v. 25, p. 105-132, 2006. 2p. Disponível em: <[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20\(Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20(Estudo%20caso).pdf)> Acesso em: 19/11/2014.

PORTAL CONEXÃO PB. **Famílias deixam favela e vão para conjunto**. ALENCAR, I (Redação), Sousa/PB, 2014. Disponível em: <http://conexaopb.com.br/?p=noticia_int&id=15273> Acesso em: 29/11/2014.

PORTAL CORREIO. Sistema Correio de Comunicação. **Famílias que moravam em casas de papelão são removidas da área do Meninão, em Campina Grande**. Redação, 2014. Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/conflito/2014/01/11/NWS,234158,4,347,NOTICIAS,2190-FAMILIAS-MORAVAM-CASAS-PAPELAO-REMOVIDAS-AREA-MENINAO-CAMPINA-GRANDE.aspx>> Acesso em: 28/11/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB. Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente. **Dignidade: Prefeitura remove a “Favela do Papelão”**, Campina Grande, 2014. Disponível em: <<http://sesuma.org.br/pmcg-inicia-remocao-da-favela-do-papelao/>> Acesso em: 02/11/2014.

SANTOS, W. L. **O processo de urbanização e impactos ambientais em bacias hidrográficas: o caso do Igarapé Judia-Acre-Brasil**. 48p. 2005. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp095465.pdf>> Acesso em: 30/11/2014.

SOUZA, S. V. **Problemática habitacional: Uma análise do processo de periferização da cidade de Campina Grande**. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, XVI., 2010, Porto Alegre. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2959> Acesso em: 05/05/2014.

TOALDO, A. M.; MEYNE, L. S. **O Impacto Socioambiental do Imóvel Urbano Frente às Construções Desordenadas**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 8, edição especial, 2013, p. 424-436. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2/index.php/revistadireito/article/viewFile/8345/5027>> Acesso em: 27/10/2014.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. **Metodologia da Pesquisa**. MORESI, E. (Org.). Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> Acesso em: 18/10/2014.

ANEXO A – ROTEIROS ENTREVISTA 1 (FAMÍLIAS REMOVIDAS)

1. Quantas pessoas residem no domicílio?
2. Qual o número de cômodos?
3. Abastecimento de água:
 - a) Rede Pública
 - b) Ligação direta
 - c) Poço
 - d) Torneira na rua
4. Energia Elétrica:
 - a) Com medidor
 - b) Sem medidor
 - c) Ligação direta
 - d) Outro:
5. O responsável pelo domicílio é:
 - a) Masculino
 - b) Feminino
6. Quantas pessoas trabalham no domicílio?
7. Onde trabalham (bairro)? Você(s) considera(m) perto o(s) local (is) de trabalho?
8. Qual a média geral de rendimento mensal da família?
 - a) Menos de 1 salário mínimo
 - b) 1 salário mínimo
 - c) 2 salários mínimos
 - d) 3 salários mínimos
 - e) mais de 4 salários mínimos
9. A família é beneficiada por algum programa do Governo Federal ou Estadual? Se sim, Qual (ais)?
10. Quais são os principais problemas?
11. Você percebe alguma forma de discriminação ou preconceito por residir nesta localidade? Quais?

12. Tem havido algum tipo de obra para o melhoramento da infraestrutura? Ou houve nos últimos anos implementação de algum tipo de serviço (creche, posto de saúde, escola, etc)? Se sim quais?

13. Eliminação do lixo

14. Participa de algum curso de capacitação profissional

15. Participa organização comunitária

16. Algum tipo de deficiência na residência

17. Quando necessita, onde procura assistência médica

18. Qual sua avaliação sobre o Projeto

ANEXO B – ROTEIROS ENTREVISTA 2 (MORADORES REMANESCENTES)

1. Nasceu em Campina Grande?

- a. () Sim a.1. () Zona Urbana a.2. () Zona Rural
b. () Não

Se respondeu NÃO:

2. Em qual município nasceu? Zona Urbana ou Zona Rural?

3. Qual a média geral de rendimento mensal da família?

4. A família é beneficiada por algum programa do Governo Federal ou Estadual? Se sim, qual (ais)?

5. Qual o destino dado aos dejetos?

6. Qual a origem da água consumida?

7. Possui energia elétrica?

8. Quantas pessoas residem na unidade ocupada?

9. Qual a principal atividade econômica do responsável pela família?

10. O que levou você a escolher este local para morar?

11. Há quanto tempo mora nessa ocupação?

12. Quantas famílias ainda moram nessa ocupação?

13. Recebeu alguma notícia sobre realocação, remoção ou construção de casas para atender a Comunidade?

14. A família é beneficiada por algum programa do Governo Federal ou Estadual? Se sim, Qual (ais)?